

Fóruns e articulações estaduais de mulheres debatem prioridades da AMB

Implementar a Plataforma Política Feminista é a meta que deve guiar as distintas ações da Articulação de Mulheres Brasileiras nos próximos anos. Esta foi uma das decisões da VIII Reunião Nacional, que aconteceu em Brasília, dias 26 e 27 de abril.

A reafirmação da Plataforma como um programa feminista para o Brasil está vinculada ao fato de ser um documento que coloca a cidadania das mulheres no contexto mais amplo da democracia e da justiça social. As integrantes do Comitê estão cientes que a Plataforma não será realizada apenas no âmbito do Estado, nem por um único governo, por conta da amplitude de sua agenda e por sua orientação anti-neoliberal. Além disso, muito há que ser alcançado em termos de mudança nas práticas sociais cotidianas.

Da Plataforma, como referência geral, derivam três prioridades para a AMB, também definidas na reunião: avançar na atualização e consolidação do pensamento e práticas feministas no movimento de mulheres; lutar pela efetivação dos direitos das mulheres no contexto de transformação do Estado; e incidir no contexto internacional em articulação com outras redes feministas e movimentos sociais, na direção de uma outra ordem mundial, justa e igualitária.

Além das prioridades, foram também acertadas uma agenda de encontros regionais sobre feminismo e outra com eventos de monitoramento relativo ao combate da violência. Também foi estabelecida parceria com a Rede Gênero & Comércio para debater esse tema em eventos com os fóruns ligados à AMB. Na reunião, foram articulados diversos grupos de trabalho, que se vinculam aos seguintes temas: comércio internacional; meio ambiente; instituições financeiras multilaterais; reforma do Estado. Além desses, será formado um GT extraordinário para análise do programa Fome Zero e dos recentes debates sobre pobreza e fome, na perspectiva do feminismo.

Formação feminista e religião

A Casa da Mulher Oito de Março promove entre 10 e 30 de junho, em Palmas, no Tocantins, o curso de Teologia Popular Feminista. O curso é pensado em dois módulos, estando o segundo previsto para o mês de dezembro de 2003. A casa edita o Boletim Mulher e Fé, que apóia e divulga a campanha Contra os Fundamentalismos.

Beijing

Para a ministra Emília Fernandes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a posição do Brasil será sempre de honrar e defender os compromissos assumidos em Beijing. A declaração foi feita em audiência concedida a integrantes da coordenação nacional da AMB, no final de abril. Na ocasião, Emília Fernandes declarou que não apóia - nem pretende promover - qualquer reunião que venha a realizar revisões da Plataforma de Beijing.

A audiência, solicitada pela secretaria executiva da AMB, teve por objetivo reforçar o posicionamento de distintas redes feministas internacionais sobre esse assunto.

Frente ao crescente unilateralismo norte-americano e ao avanço dos fundamentalismos, uma conferência internacional da ONU, em 2005, poderá significar enormes retrocessos no campo dos direitos reprodutivos e colocar em risco direitos das mulheres já conquistados. Na audiência, ficaram afirmadas as expectativas dos movimentos de que a Secretaria da Mulher do Governo Lula posicione-se contra quaisquer sugestões de atividades, seja no plano global, seja latino-americano e caribenho, que possam implicar em revisão dos acordos de 1995, firmados em Beijing, ou dos acordos de 2000 (Nova York), da conferência de Beijing +5.

AMB assina declaração contra as próximas negociações da OMC

Compondo um panorama das questões para as quais a sociedade civil dos países latino-americanos deve estar alerta em relação às negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o "Seminário Latino-Americano sobre as Implicações de um Acordo de Investimentos", realizado de 23 a 25 de abril, reuniu representantes de movimentos e ONGs, além de parlamentares e especialistas em comércio internacional.

Representou a AMB no evento, a coordenadora do Fórum do Distrito Federal, Kátia Guimarães. Na pauta, foram destacados - entre os interesses das corporações internacionais nos campos da ALCA e da OMC - alguns acordos já firmados no Nafta, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, que compreende Canadá, Estados Unidos e México.

Nesse Acordo, já foram acertadas cláusulas que impedem qualquer tipo de controle do capital financeiro e investido; e impõem a não diferenciação – pelos governos – no trato entre empresas nacionais e estrangeiras. Os governos também não podem estabelecer requisitos de desempenho sobre empresas transnacionais. Mas, as empresas podem processar governos que implantem política pública que afete, ainda que indiretamente, o lucro de cada uma delas. Alguns processos estão em andamento e alguns já foram vencidos por corporações transnacionais em "tribunais" formados por especialistas internacionais nos chamados "mecanismos de solução de controvérsia". Esses mecanismos estão acima da legislação dos países que assinaram os acordos. Para Taciana Gouveia, do SOS Corpo, esses são exemplos de tratados que, aprovados na OMC, colocam em risco iminente a autonomia para decidir sobre os rumos do desenvolvimento, sem falar no impacto sobre a cidadania das pessoas, seja para efetivação ou ampliação de direitos.

Além de Kátia e Taciana, participaram do seminário diversas feministas, muitas delas ligadas ao comitê político da AMB, Rebrip e Ser Mulher.

Direitos Humanos

Enquanto isso, na OEA, será pedida a responsabilização e a punição do governo brasileiro e da Shell no caso Paulínia, denunciado no relatório de Saúde do Projeto Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais. O relatório foi elaborado por Eleonora Menicucci, socióloga sanitária e feminista, com apoio de diversas organizações do movimento na fase de investigação. Segundo a Agência Carta Maior, a denúncia na OEA ocorrerá no final desse mês.

Reforma do CNDM

Cresce expectativa no movimento de mulheres

Na audiência pública organizada pela Secretaria Especial de Política para Mulheres, dia 24 de abril, a secretária executiva da AMB, Sílvia Camurça, reafirmou a importância do movimento conhecer e poder debater a proposta de norma legal que deve orientar a reformulação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres.

A audiência contou com grande diversidade de participantes, diversos estados e regiões do país, diferentes organizações e movimentos, e muitas integrantes de conselhos estaduais e municipais.

Ainda não foi desta vez que foi colocada em debate uma proposta. O grupo de trabalho organizado pela Secretaria Especial teve entretanto a oportunidade de colher sugestões e espera-se que seja elaborada e apresentada uma proposta para debate. De imediato, sublinha-se a importância de que redes, articulações e organizações interessadas em contribuir escrevam encaminhando suas sugestões ao grupo de trabalho, através de cartas dirigidas à Secretaria nos próximos dias (spmulheres@spmulheres.gov.br).

CONtextos

Recentemente, seguiu para o Congresso a proposta do Governo Lula para as reformas da previdência e tributária. Entre os arquivos selecionados para esta edição, trazemos uma contribuição ao debate através do texto produzido por Fátima Gondim Farias, vice-presidente do Unafisco Sindical. Fátima analisou as injustiças do atual sistema brasileiro de cobrança de impostos, em debate promovido pela Inter-Redes.

Ainda no contexto atual, anexamos a declaração resultante da Audiência Pública realizada ao final do "*Seminário Latino-Americano Implicações de um Acordo sobre Investimentos*", no contexto da Alca e da OMC. O documento foi assinado pela AMB.